

PCH Fortuna II S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022 e 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.

SAI/SO, Área 6580 – Bloco 02, 3º andar, sala 302 – Torre Norte

ParkShopping – Zona Industrial (Guará)

Caixa Postal 11619 – CEP: 71.219-900 – Brasília/DF – Brasil

Telefone +55 (61) 3362-3700

Kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas da

PCH Fortuna II S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PCH Fortuna II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PCH Fortuna II S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Retificação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3.14 às demonstrações financeiras que indica que os valores correspondentes relativos ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data foram retificadas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparados originalmente antes dos ajustes descritos na nota explicativa nº 3.14, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificações, com data de 12 de maio de 2022. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.14, esses valores correspondentes foram alterados em relação àquelas demonstrações financeiras anteriormente divulgadas, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre os referidos ajustes e sobre as demonstrações financeiras da PCH Fortuna II S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre elas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 19 de maio de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6F-DF



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

PCH Fortuna II S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º de janeiro de 2021

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021	01.01.2021 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	4	642	1.184	905
Títulos e valores mobiliários	5	26.932	-	-
Concessionárias, permissionárias e clientes	6	1.406	1.387	1.173
Outros créditos	7	159	696	318
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		29.139	3.267	2.396
Tributos a recuperar		7	5	70
Títulos e valores mobiliários	5	1.113	1.134	1.225
Depósitos judiciais		241	243	247
TOTAL DO ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		1.361	1.382	1.542
Imobilizado	8	90.643	100.817	68.024
Intangível	9	1.222	1.388	1.342
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		93.226	103.587	70.908
TOTAL DO ATIVO		122.365	106.854	73.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Balanço patrimonial

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e 1º de janeiro de 2021 (Em milhares de reais)

PASSIVO	Notas	31.12.2022	31.12.2021	01.01.2021 Reapresentado
Fornecedores	10	1.514	8.202	4.131
Tributos a recolher		4.107	128	120
Financiamentos	11	2.757	2.735	2.612
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		8.378	11.065	6.863
Provisão para Contingências	22	-	389	-
Tributos a recolher		389	389	389
Financiamentos	11	18.379	20.975	23.669
Parcelamento de tributos		293	359	390
Outros débitos		1.038	421	428
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		20.099	22.533	24.876
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12			
Capital social		113.093	113.093	110.943
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	2.150
Prejuízos acumulados		(19.205)	(39.837)	(71.528)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		93.888	73.256	41.565
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		122.365	106.854	73.304

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Receita operacional líquida	13	11.339	10.273
Custo da operação	14	(8.708)	(9.075)
LUCRO BRUTO		2.631	1.198
RECEITAS (DESPESAS) DA OPERAÇÃO		6.579	32.481
Despesas gerais e administrativas	15	(339)	(557)
Outras despesas		(200)	(1.418)
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	8	7.118	34.456
LUCRO ANTES DAS RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS E IMPOSTOS		9.210	33.679
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS LÍQUIDAS		18.845	(1.667)
Receitas financeiras	16	20.835	48
Despesa financeiras	16	(1.990)	(1.715)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		28.055	32.012
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(7.423)	(321)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		20.632	31.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro do exercício	20.632	31.691
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	20.632	31.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	Prejuízos Acumulados	Total
Impactos da reunitização			(2.259)	(2.259)
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021 (reapresentado)	110.943	2.150	(71.528)	41.565
Integralização de capital	2.150	(2.150)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	31.691	31.691
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (reapresentado)	113.093	-	(39.837)	73.256
Lucro líquido do exercício	-	-	20.632	20.632
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	113.093	-	(19.205)	93.888

PCH Fortuna II S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		20.829	7.035
Caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais		29.892	3.517
Lucro líquido do exercício		20.632	31.691
Reversão de perda por redução ao valor recuperável	8	(7.118)	(34.456)
Reversão (Provisão) para contingências	22	(389)	389
Provisão para IRPJ e CSLL	17	7.423	-
Receitas financeiras	16	(831)	(48)
Despesas com juros sobre financiamentos	11	1.895	1.651
Depreciação do ativo imobilizado	8	4.884	4.290
Amortização do ativo intangível	9	166	-
Baixa de ativo imobilizado		3.230	-
Variações nos ativos e passivos		(9.063)	3.518
Tributos a recuperar		(2)	65
Depósitos judiciais		2	4
Concessionárias, permissionárias e clientes		(19)	(214)
Outros créditos		537	(378)
Fornecedores		(6.688)	4.071
Tributos a recolher		(3.510)	(23)
Outros débitos		617	(7)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimentos		(16.902)	(2.534)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	8	-	(2.627)
Aquisições de bens do ativo intangível	9	-	(46)
Resgate (aplicação) de títulos e valores mobiliários	5	(26.080)	139
Baixa de Ativo recebido no processo de arbitragem	8	9.178	-
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamentos		(4.469)	(4.222)
Pagamento de juros sobre financiamentos	11	(1.735)	(1.647)
Captação de financiamentos	11	-	139
Amortização de principal de financiamentos	11	(2.734)	(2.714)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa		(542)	279
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	1.184	905
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	642	1.184
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(542)	279

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A PCH Fortuna II S.A. (“Companhia” ou “PCH Fortuna II”) é uma sociedade composta por ações de capital fechado, subsidiária integral da Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”). A Companhia foi criada com a finalidade de implantar e explorar a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Fortuna II, situada no Rio Corrente Grande, Municípios de Guanhães e Virginópolis, estado de Minas Gerais. Em 21 de dezembro de 2001 foi outorgada a autorização para exploração do potencial hidráulico da PCH Fortuna II pela ANEEL, por meio da Resolução nº 601 em nome da Construtora Barbosa Mello S.A. na modalidade de produtor independente de energia elétrica pelo prazo de 30 anos. A capacidade geradora da usina é de 9,0 MW.

Através da Resolução Autorizativa nº 932, de 29 de maio de 2007, a ANEEL anuiu a transferência da outorga para implantar e explorar a PCH Fortuna II, inicialmente outorgada à Construtora Barbosa Mello S.A., para a SPE Guanhães Energia S.A.

Através da Resolução Autorizativa nº 2.903, de 17 de maio de 2011, a ANEEL prorrogou o prazo para início das obras civis das estruturas para até 1º de julho de 2012, com início da operação comercial da primeira e segunda unidade geradoras para até 1º de setembro de 2013 e 1º de outubro de 2013, respectivamente.

As obras começaram efetivamente após a assinatura do Contrato de *Engineering, Procurement and Construction* (“EPC”) com o Consórcio Construtor PCHs Guanhães (“CCPG”) em setembro de 2012.

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação regulado (“ACR”) devido a participação no 22º Leilão de energia ocorrida em 21 de agosto de 2015, cuja Companhia sagrou-se vencedora no Leilão, garantindo o direito de firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (“CCEAR”). A energia foi contratada para comercialização pelo prazo de 30 anos, ao preço de R\$205,50/MWh, a partir de janeiro de 2018.

O prazo inicial de autorização da Companhia conforme previsto Resolução ANEEL nº 601 é de 30 anos, com vencimento previsto para dezembro de 2031. Contudo, conforme previsto no art. 7º da Lei 12.111, de 09 de dezembro de 2009, o empreendimento de geração de energia elétrica que vier a garantir em leilão o direito de firmar CCEAR terá o prazo de sua autorização prorrogada, de forma a ficar coincidente com seu contrato de comercialização. Dessa forma, o prazo de autorização da Companhia foi prorrogado até dezembro de 2047.

A PCH Fortuna II foi autorizada pela ANEEL a operar comercialmente as unidades geradoras 01, 02 e 03, através dos despachos nº 65, de 09 de janeiro de 2019, nº 563, de 23 de janeiro de 2019 e nº 1.433, de 23 de maio de 2019, e está integrada ao mecanismo de realocação de energia (MRE).

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pelas normas da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa nº 3 – Principais práticas contábeis.

Em 19 de maio de 2023, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 18.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) avaliação de redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*) (nota explicativa nº 8).

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Reconhecimento inicial e mensuração

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros.

Um ativo financeiro e passivo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, a Companhia classifica seus ativos financeiros e passivos financeiros de acordo com as seguintes categorias:

a) Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Nessa categoria encontram-se os saldos de concessionárias, permissionárias e clientes, empréstimos com partes relacionadas, fornecedores e financiamentos.

b) Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB) classificados em Títulos e valores mobiliários.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem restando substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação ou sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.3 Títulos e valores mobiliários

São contabilizados e apresentados de acordo com as políticas de instrumentos financeiros.

3.4 Concessionárias, permissionárias e clientes

Estão demonstrados pelo valor de realização e Incluem os saldos a receber pela a venda de energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no recebimento, conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é registrada, quando aplicável, com base em estimativas da Administração em valor suficiente para cobrir prováveis perdas.

3.5 Empréstimos com partes relacionadas

Estão demonstrados pelo custo amortizado e de acordo com as políticas para instrumentos financeiros.

3.6 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação dos bens cuja vida útil é superior ao prazo de concessão está limitada ao tempo do contrato de concessão de exploração do potencial hidráulico. Já a depreciação dos bens cuja vida útil seja inferior ao prazo de exploração do potencial hidráulico, a depreciação é calculada de acordo com a sua vida útil efetiva. A depreciação é calculada pelo método linear.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o recebedor obtém controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais recuperáveis são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.7 Ativo intangível

Está mensurado pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em função das vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso ou para geração dos benefícios econômicos associados. Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos no mínimo no fim de cada exercício social e ajustados caso seja adequado como mudança de estimativas contábeis.

Eventuais ajustes nos métodos de amortização, nas vidas úteis ou nos valores residuais recuperáveis são reconhecidos de forma prospectiva na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

3.8 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável ou a mudança de alguma circunstância que possa levar a reversão de perdas reconhecidas em exercícios anteriores. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável. No caso da Companhia, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido através do seu valor em uso, sendo que seu valor líquido de venda equivale ao seu valor em uso, à medida que o seu *valuation* se dá pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. A Companhia elaborou estudo do valor em uso do ativo com base nas previsões e orçamentos financeiros detalhados, os quais são elaborados separadamente pela administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções e orçamentos elaborados pela Companhia abrangeram um período de cinco anos, sendo que, após este período, foi utilizada uma taxa média de crescimento de longo prazo e aplicada aos fluxos de caixa futuros até o final da concessão.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.9 Empréstimos e financiamentos

Estão demonstrados pelo custo amortizado e de acordo com as políticas para instrumentos financeiros.

3.10 Provisões

3.10.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável

que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

3.10.2 Provisões para riscos fiscais e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais e cíveis são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.11 Reconhecimento de receitas

3.11.1 Receita de venda de energia

As receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance for satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado a essa obrigação de performance. A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente.

As receitas de venda de energia são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação, com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado.

A receita de operações com venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e transações no mercado de curto prazo estão reconhecidos pelo valor justo da contraprestação a receber quando a o fornecimento de energia. O preço da energia nessas operações tem como característica o vínculo com Preço de Liquidação de Diferenças ("PLD").

Além disso, a Companhia reconhece a receita correspondente a geração de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base na geração contratada.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.11.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, quando aplicável. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

3.12 Imposto de renda e contribuição social

O regime de tributação da companhia é com base no lucro presumido para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social, considerando as seguintes taxas sobre o faturamento das vendas de energia:

- Imposto de renda - base de cálculo de 8% sobre a receita bruta acrescida da receita financeira e sobre a qual é aplicada alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R\$60 do trimestre.
- Contribuição social - base de cálculo de 12% sobre a receita bruta acrescida da receita financeira, sendo aplicada posteriormente a alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

3.13 Continuidade operacional

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando. A Administração revisou a premissa da utilização da continuidade operacional e concluiu que suas Demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade operacional da Companhia.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.14 Retificação proveniente da Reunitização

Durante o exercício de 2022, a Administração identificou que determinadas transações precisavam ser melhor apresentadas nos saldos comparativos das suas demonstrações, com impacto no balanço patrimonial; com isso os saldos comparativos foram corrigidos em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Tais reapresentações, dos saldos comparativos, devem-se ao fato que a Administração durante o exercício de 2022 realizou a reunificação de bens do Imobilizado em curso transferindo-os para o Imobilizado em serviço. Os respectivos bens já encontravam-se em operação a contar da data de início da operação da PCH e consequentemente para estes valores transferidos ao Imobilizado em serviço a Companhia revisou o efeito da depreciação de anos anteriores e realizou a respectiva escrituração. A revisão dos controles dos bens que encontravam-se no Imobilizado em Curso e foram transferidos para o Imobilizado em Serviço foi feita por uma empresa especializada em ativos que após análise efetuou as devidas transferências dos bens em curso para serviço.

Consequentemente, foi recalculada as depreciações de anos anteriores e os custos foram apresentados a maior. Os valores foram corrigidos e reapresentados em 01 de janeiro 2021 conforme tabela abaixo:

<i>Em milhares de reais</i> 1º de janeiro de 2021	Impactos da reunitização		
	Anteriormente apresentado	Ajustes (não auditado)	Reapresentado (não auditado)
Total de ativos	70.283	(2.259)	68.024
Imobilizado	70.283	(2.259)	68.024
Total de passivos e patrimônio líquido	69.269	2.259	71.528
Prejuízos acumulados	69.269	2.259	71.528

O impacto da reunificação de bens em curso e consequente efeito de depreciação resultou em impacto nos exercícios anteriores a 31 de dezembro de 2021. Consequentemente os impactos nas demonstrações financeiras ocorreram somente no saldo de abertura do balanço patrimonial do último exercício comparativo.

3.15 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou estas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

Uma série de novas normas entram em vigor para períodos anuais iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. Não

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

se espera que essas normas recentemente emitidas e ainda não adotadas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

3.15.1 Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alteração ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e se aplicam os exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.

No entanto, o IASB propôs posteriormente novas alterações ao IAS 1 e o aditamento da data de vigência das alterações de 2020 para períodos anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024.

Devido esta norma estar sujeita à desenvolvimentos futuros, a Companhia não pode determinar o impacto dessas alterações nas demonstrações financeiras no período de aplicação inicial. A Companhia monitora de perto os desenvolvimentos futuros.

3.15.2 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alteração no CPC 32)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. Não são esperados impactos relevantes com a adoção desta norma.

3.15.3 Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: a) CPC 50 - Contratos de seguros; b) Divulgação de políticas contábeis (alterações no CPC 26); e c) Definição de estimativas contábeis (alterações no CPC 23).

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2022	31.12.2021
Contas bancárias	642	1.184
Total	642	1.184

Os saldos em conta corrente referem-se a valores disponíveis para pagamentos das obrigações administrativas da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	26.932	-
Certificados de depósitos bancários (CDB)	26.932	-
Não circulante	1.113	1.134
Conta reserva - BNDES	1.113	1.134
Total	28.045	1.134

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondem a:

- (i) Aplicações que têm seus vencimentos superiores a três meses da data de aplicação, com perda de valor em caso de resgate antecipado. Em sua maioria são atrelados ao CDI.
- (ii) O saldo da “conta reserva - BNDES” está vinculado à garantia dos financiamentos do BNDES. Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média das aplicações é de 99,21% do CDI em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. CONCESSIONÁRIAS, PERMISSIONÁRIAS E CLIENTES

	31.12.2022	31.12.2021
Comercializadoras	1.406	1.387
Total	1.406	1.387

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possui saldo a receber de R\$1.406 (R\$1.387 em 31 de dezembro de 2021) referente à venda de energia comercializada no leilão A-3. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 todos os saldos a receber encontravam-se a vencer.

7. OUTROS CRÉDITOS

O saldo deste grupo de contas é composto basicamente por adiantamentos realizados a fornecedores e até 31 dezembro de 2022 ocorreu a quitação de todos os adiantamentos de longo prazo ficando apenas um saldo de R\$159 de curto prazo.

8. IMOBILIZADO

	Saldos em 31.12.2020 Reapresentado	Adições	Depreciações	Transferência para serviços	Reversão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2021 Reapresentado	Baixas	Depreciações	Transferência para serviços	Reversão para redução ao valor recuperável	Saldos em 31.12.2022
IMOBILIZADO EM CURSO											
Terrenos	21	12	-	-	-	33	-	-	(33)	-	-
Reservatórios, barragens e adutoras	744	-	-	(120)	-	624	-	-	(624)	-	-
Edifíc. Obras civis e benfeitorias	3.016	2.600	-	(263)	-	5.353	(5.078)	-	(275)	-	-
Máquinas e equipamentos	11.737	15	-	(362)	-	11.390	(7.220)	-	(4.128)	-	42
Total das imobilizações em curso	15.518	2.627	-	(745)	-	17.400	(12.298)	-	(5.060)	-	42
IMOBILIZADO EM SERVIÇO											
Terrenos	2.524	-	(259)	-	-	2.265	(41)	(80)	33	-	2.177
Reservatórios, barragens e adutoras	46.663	-	(1.766)	120	-	45.017	-	(1.947)	624	-	43.694
Edifíc. Obras civis e benfeitorias	30.581	-	(1.165)	263	-	29.679	-	(1.270)	275	-	28.684
Máquinas e equipamentos	27.211	-	(1.100)	362	-	26.473	(69)	(1.587)	4.128	-	28.945
Moveis e utensílios	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	1
(-) Depreciações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total das imobilizações em serviço	106.980	-	(4.290)	745	-	103.435	(110)	(4.884)	5.060	-	103.501
Provisão para redução ao valor recuperável	(54.474)	-	-	-	34.456	(20.018)	-	-	-	7.118	(12.900)
Total do Imobilizado	68.024	2.627	(4.290)	-	34.456	100.817	(12.408)	(4.884)	-	7.118	90.643

A Companhia concluiu com as transferências dos ativos em curso para ativos em serviço em janeiro de 2019 e conforme determinações da ANEEL e iniciou as respectivas depreciações destes bens, ficando ainda em curso alguns não concluídos para futura imobilização. Durante o ano de 2022, com finalização das pendências construtivas, fez-se necessário a revisão dos controles do Ativo Imobilizado em Curso - AIC e Imobilizado em Serviço – AIS.

Após análise de uma empresa especializada, foi realizado o levantamento e a transferência de bens em andamento para ativo em serviço no montante de R\$5.060. Para este trabalho ficou definido pela controladora da Companhia que seria recalculada a depreciação pelo período de concessão que levou um ajuste de períodos anteriores a 2022 no valor de R\$2.259.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2022 ocorreram as baixas de adiantamentos que estavam no ativo em curso referente ao acordo da arbitragem realizado com antigo Consorcio Construtor da PCH Guanhães (“CCPG”) no valor de R\$9.178, e demais baixas que totalizaram R\$12.408.

Redução ao valor recuperável dos ativos

A Administração revisa anualmente os eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas de cada ativo ou unidade geradora de caixa (UGC).

Para fins de avaliação da recuperação dos ativos, a Administração atualizou o modelo de acompanhamento do retorno do projeto e o fluxo de caixa descontado com a melhor estimativa corrente para a análise do valor em uso do ativo. Como resultado desta análise realizada na data base de 31 de dezembro de 2022, foi apurada a necessidade de reversão do montante de R\$7.118, relativo as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em exercícios anteriores.

As perdas, substancialmente registradas em 2015 e 2017, totalizaram R\$54.474 e decorreram de várias incertezas e motivos, entre eles: i) as obras de implantação estavam totalmente paralisadas devido ao rompimento do contrato EPC; ii) dúvidas quanto a contratação de um novo EPCista; iii) indefinição da previsão de retomada das obras; iv) possíveis sobrecustos; e v) desconhecimento do novo cronograma para conclusão das obras de implantação.

Desde então, sanadas todas as incertezas, com a conclusão do projeto e consequentemente o início da fase de operação comercial da PCH em 2018, os testes realizados ao final daquele exercício apontaram a necessidade de reversão de R\$54.474 e diante da melhora nas perspectivas de geração de caixa da Companhia, principalmente após sua participação com êxito na venda de energia no mercado regulado, e ultrapassada a fase inicial de operação conhecida como “curva da banheira”, os testes de impairment realizados ao final do exercício de 2022 e 2021, seguiram apontando necessidade de reversão do restante da provisão de perdas. Desta maneira, foi escriturada a reversão de R\$34.456 em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2022 foi escriturada a reversão de R\$7.118 restando um saldo remanescente de perdas ao valor recuperável do imobilizado de R\$12.900.

A estimativa do valor em uso foi determinada utilizando uma taxa de desconto em termos nominais de 9,76% e considerou a média de entrega de megawatts pela Companhia; a qual possui capacidade máxima de produção de 9MWh.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. INTANGÍVEL

	Saldos em 31.12.2020	Adições	Saldos em 31.12.2021	Adições	Transferência para serviços	Amortização	Saldos em 31.12.2022
INTANGÍVEL							
Servidões	654	46	700	5	(686)	-	19
Total Intangível em curso	654	46	700	5	(686)	-	19
INTANGÍVEL							
Servidões	688	-	688	41	686	(212)	1.203
Total Intangível em serviço	688	-	688	41	686	(212)	1.203
Total do Intangível	1.342	46	1.388	46	-	(212)	1.222

10. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de energia	1.022	1.440
Materias e serviços	419	6.130
Partes relacionadas (*)	73	632
Total	1.514	8.202

(*) Saldo referente aos valores a pagar das despesas administrativas e gastos com mão de obra de pessoal que são arcadas pela Guanhães Energia S.A.

11. FINANCIAMENTOS

Decorre do saldo de financiamento do contrato firmado com o BNDES, cujos recursos foram utilizados para a construção da PCH, liberados em três subcréditos, conforme características descritas abaixo:

Financiador	Data de assinatura	Moeda	Taxa de juros a.a	Total do financiamento	Valor utilizado	Amortização do principal		
						Início	Forma de pagamento	Término
BNDES - Subcrédito A	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	29.000	29.000	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito B	12.02.2014	R\$	TJLP + 1,96%	10.400	10.368	mar/15	Mensal	ago/30
BNDES - Subcrédito C	12.02.2014	R\$	TJLP	400	395	set/15	Mensal	ago/30

Segue abaixo a movimentação do financiamento nos exercícios de 2022 e 2021:

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Circulante						Não Circulante			
	31.12.2022			31.12.2021			31.12.2022		31.12.2021	
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	Principal	Total	Principal	Total
Financiamentos BNDES	2.491	266	2.757	2.519	216	2.735	18.379	21.136	20.975	23.710
Total	2.491	266	2.757	2.519	216	2.735	18.379	21.136	20.975	23.710

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 01.01.2021	24.408	1.873	26.281
Financiamentos BNDES	139	-	139
Amortização de principal	(2.714)	-	(2.714)
Encargos, juros e correções	-	1.651	1.651
Encargos pagos	-	(1.647)	(1.647)
Saldo em 31.12.2021	21.833	1.877	23.710
Amortização de principal	(2.734)	-	(2.734)
Encargos, juros e correções	-	1.895	1.895
Encargos pagos	-	(1.735)	(1.735)
Saldo em 31.12.2022	19.099	2.037	21.136

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Moeda Nacional			
2022		2021	
2024	2.757	2023	2.736
2025	2.757	2024	2.736
2026	2.757	2025	2.736
Após 2026	10.108	Após 2025	12.767
Total	18.379	Total	20.975

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 18.

Covenants

O contrato de financiamento com o BNDES está sujeito a cláusulas restritivas do saldo devedor de acordo com as práticas usuais de mercado, que estabelecem determinadas obrigações de praxe, como a apuração anual do índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) de no mínimo 1,3. O não cumprimento deste indicador impossibilita o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio acima do limite mínimo legal, e pode implicar em aplicação de multa pelo BNDES.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social da Companhia é de R\$113.093 representados por 113.092.983 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, totalmente integralizado, pertencentes à Guanhães Energia, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação	Quantidade de Ações (unidades)	% Participação
ACIONISTA				
Guanhães Energia S.A.	113.092.983	100	113.092.983	100
Total Geral	113.092.983	100	113.092.983	100

b) Lucro por ação

A tabela a seguir concilia o lucro líquido do exercício com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31.12.2022	31.12.2021
NUMERADOR		
Lucro do exercício	20.632	31.691
DENOMINADOR		
Média ponderada do número de ações ordinárias	113.092.983	111.659.650
LUCRO (PREJUÍZO) BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÕES ORDINÁRIAS EM REAIS	0,18	0,28

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento com potencial dilutivo.

13. RECEITA LÍQUIDA

	31.12.2022	31.12.2021
Suprimento de energia	11.769	10.662
(-) PIS e COFINS	(430)	(389)
Total	11.339	10.273

As receitas da Companhia são oriundas dos contratos de venda de energia celebrados no ambiente de contratação regulado ("ACR"), conforme participação ocorrida no 22º Leilão de Energia Nova promovido pela ANEEL em 21 de agosto de 2015.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em caso de eventuais sobras ou faltas de energia, a Companhia recorre ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo (MCP) ou realiza liquidação via Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

14. CUSTOS OPERACIONAIS

CUSTOS	31.12.2022	31.12.2021
Compra de Energia elétrica	(1.311)	(3.210)
Materiais	(52)	(71)
Serviço de terceiros	(1.700)	(1.059)
Encargos e taxas	(289)	(252)
Depreciação	(4.984)	(4.422)
Amortização	(212)	-
Outros custos	(160)	(61)
Total	(8.708)	(9.075)

15. DESPESAS OPERACIONAIS

DESPESAS	31.12.2022	31.12.2021
Pessoal e encargos	(193)	(247)
Administrativas	(25)	(22)
Serviço de terceiros	(121)	(288)
Total	(339)	(557)

16. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2022	31.12.2021
RECEITAS		
Rendimentos sobre títulos e valores mobiliários	831	48
Receitas financeiras com atualização do Processo arbitragem	19.967	-
Outras receitas financeiras	37	-
TOTAL DAS RECEITAS FINANCEIRAS	20.835	48
Despesas financeiras	(4)	(4)
Juros de financiamentos	(1.895)	(1.651)
Outras	(91)	(60)
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(1.990)	(1.715)
RESULTADO FINANCEIRO	18.845	(1.667)

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de receitas financeiras foi de R\$20.835, sendo que os valores de maior relevância foram de R\$19.967 proveniente da conclusão do processo arbitral contra o antigo consórcio construtor das PCHs de Guanhães (CCPG), conforme explicado na nota explicativa nº23.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor recebido foi de R\$29.145 que após encontro de contas entre adiantamentos e fornecedores foram baixados do ativo o valor de R\$9.178 e R\$19.967 foi classificado em receitas financeiras, uma vez que referia-se a correção monetária dos valores do processo.

Demais valores que somam o montante de R\$868 trata-se de rendimentos das aplicações financeiras e recebimento de juros.

17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2022	2021
Suprimento de Energia	11.769	10.662
Receitas financeiras	20.835	48
Base de cálculo IRPJ(8% Energia)	942	853
Base de cálculo receitas financeiras	20.835	48
Total da base IRPJ	21.777	901
IRPJ-15%	3.266	135
Adicional IRPJ- 10%	2.154	66
Total IRPJ	5.420	201
Base de cálculo CSLL (12% Energia)	1.412	1.279
Base de cálculo receitas financeiras	20.835	48
Total da base CSLL	22.247	1.327
CSLL - 9%	2.002	119
Imposto de renda e contribuição social	7.423	321

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os principais valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

ATIVO	31.12.2022				31.12.2021	
	Nível	Categoria	Contabilizado	Valor Justo	Contabilizado	Valor Justo
Caixa e equivalentes de Caixa	-	Custo Amortizado	642	642	1.184	1.184
Títulos e valores mobiliários	2	VJR	28.045	28.045	1.134	1.134
Concessionárias, permissionárias e Clientes	-	Custo Amortizado	1.406	1.406	1.387	1.387
Total			30.093	30.093	3.705	3.705
PASSIVO						
Fornecedores	-	Custo Amortizado	1.514	1.514	8.202	8.202
Financiamentos	-	Custo Amortizado	21.136	26.123	23.710	23.710
Total			22.650	27.637	31.912	31.912

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

a) Risco de mercado

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo.

Composição das aplicações financeiras e dívidas atreladas à taxa de juros variável:

	31.12.2022		31.12.2021	
	R\$	% da Aplicação	R\$	% da Aplicação
CDI	28.045	100%	1.134	100%
TJLP	21.136	-	23.710	-
Total	49.181	100%	24.844	100%

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos financiamentos da Companhia, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período. A metodologia utilizada para o “cenário provável” considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2023. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2022. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 (em 31 de dezembro de 2022).
- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 31 de dezembro de 2022).

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	Provável Cenário (I)	Cenário (II) +25%	Cenário (III) +50%
ATIVOS FINANCEIROS		3.646	2.734	1.823
Títulos e valores mobiliários	CDI	3.646	2.734	1.823
PASSIVOS FINANCEIROS		(1.431)	(1.789)	(2.146)
Financiamentos - BNDES	TJLP	(1.431)	(1.789)	(2.146)
TOTAL		2.215	946	(323)
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (Projetado para 31.12.2023)		6,77%	8,46%	10,16%
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (Projetado para 31.12.2023)		13,00%	9,75%	6,50%
TJLP (% fim do exercício)		6,77%	5,08%	3,39%

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas originárias de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, por incapacidade destes em cumprirem com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente do caixa e equivalentes de caixa e demais instrumentos financeiros apresentados na demonstração financeira.

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em honrar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira em cumprir adequadamente os compromissos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os financiamentos captados são apresentados na nota explicativa 11.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais é apresentado conforme quadro abaixo (inclui juros):

Instrumentos Financeiros Consolidados	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e Financiamentos	1.323	4.278	18.853	9.347	33.801
Fornecedores	277	1.007	230	-	1.514

e) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a PCH, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	31.12.2022	31.12.2021 Reapresentado
Financiamentos	21.136	23.710
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	642	1.184
(-) Título e valores mobiliários (nota 5)	28.045	1.134
Dívida Líquida (A)	(7.551)	21.392
Patrimônio Líquido (B)	93.888	75.515
Percentual de capital de terceiros (A ÷ (B+A))	-9%	22%

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Controle da Companhia:

A Companhia é controlada integralmente pela Guanhães Energia S.A., empresa que é de controle compartilhado entre Brasal Energia S.A. e Cemig Geração e Transmissão S.A.

Segue o resumo das transações com partes relacionadas mantidas e ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Contratos com o mesmo grupo	Valor Original	Período de Vigência	Condições Contratuais	Condições de Rescisão ou Término	Passivo		Despesa	
					31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedor - Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) - Contrato de compromisso de Uso do Sistema de Distribuição da PCH Fortuna II com a Cemig Distribuição S.A. (Cemig D)	1.568	maio/2019 a maio/2024	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	254	217
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Cemig GT	4.276	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-
Contrato de Venda de Energia (Leilão A-3) - Light	44.038	janeiro/2018 a dezembro/2047	Termos e condições acordados entre as partes	-	-	-	-	-
Emissão de notas de débitos referente a reembolso despesas administrativas	73	Ano 2022	Notas de débitos	-	73	632	-	-

Remuneração dos Administradores

Todos os administradores renunciaram a percepção de remuneração anual do exercício apresentado nessa demonstração financeira.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2022:

Seguro de riscos operacionais: cobre os danos causados à PCH, com um limite máximo de indenização combinado de danos materiais e lucros cessantes, incluindo, mas não limitado a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos.

Seguro de responsabilidade civil e geral: objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Seguem abaixo os seguros vigentes em 2022:

Riscos	Data da Vigência		Importância Assegurada	LMI
	De	Até		
Responsabilidade Civil e Geral	30/11/2022	30/11/2023	N/A	10.000
Risco de Operação	30/11/2022	30/11/2023	68.899	111.584

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

21. CONTRATOS DE LONGO PRAZO PARA VENDA DE ENERGIA

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia Contratada Total (MW médio) (*)
2023	4,6
2024	4,6
2025	4,6
2026	4,6
2027 a 2047	4,6

(*) O montante de energia contratada não faz parte do escopo de auditoria dos nossos auditores independentes.

Os compromissos de venda de energia da Companhia foram contratados conforme as regras do edital publicado pela ANEEL em 21 de julho de 2015.

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação
31 de dezembro de 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Provisão para contingência			Passivo a pagar	
Ação de cobrança	Provisão 31.12.2021	Reversão 31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022
1	(1.306)	785	389	-
Total	(1.306)	785	389	-

A Ação de Cobrança demonstrada no quadro acima foi movida pela PCH Fortuna II em face da Austral Seguradora S.A., sob o nº 0003604-34.2018.8.19.0001, onde o pedido foi julgado improcedente e a PCH foi condenada ao pagamento de honorários de sucumbência e litigância de má-fé.

Em 09/07/2021 foi realizado bloqueio judicial na execução provisória promovida pela Austral no valor de R\$ 917, visando garantir a execução da condenação sofrida pela PCH. Em dezembro de 2021, o valor bloqueado foi atualizado para R\$ 1.306 ficando um saldo a pagar pela PCH Fortuna de R\$389 para ano seguinte.

Em 2022 mediante um acordo amigável entre as partes, foi finalizado a Ação de Cumprimento de Sentença movida pela Austral Seguradora S.A., onde a mesma renuncia a multa por litigância, levando a uma reversão parcial de perdas registradas no anterior no valor R\$ 785, quitando assim o saldo do passivo contingente deste PCH em 2022.

A Companhia não detectou em 31 de dezembro de 2022 a necessidade do reconhecimento de novas provisões para contingência que seria apurada em base estimada e tivesse o prognóstico de perda provável classificado por sua assessoria jurídica.

Passivo contingente

Adicionalmente, a Companhia possui processos judiciais de natureza civil e tributária para os quais a administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perdas são remotos, e por este motivo, nenhuma outra provisão foi constituída.

Ações de desapropriação

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de processos	Valor total	Quantidade de processos	Valor total
Ações cíveis	3	241	3	243
Total	3	241	3	243

PCH Fortuna II S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras - Continuação

31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A PCH Fortuna II S.A. possui 03 (três) ações de desapropriação em razão da necessidade de formação de área de preservação permanente (APP) e os valores da indenização aos atingidos não terem sido acordados amigavelmente. Os valores discutidos já se encontram depositados judicialmente, totalizando R\$241 em 31 de dezembro de 2022 e a Companhia figura no polo ativo da demanda.

23. PROCESSO DE ARBITRAGEM

Trata-se de procedimento de arbitragem instaurado pelas PCHs Dores de Guanhães S.A., Senhora do Porto S.A., Jacaré S.A., Fortuna II S.A. em face das empresas que integram o Consórcio Construtor PCHs de Guanhães (“CCPG”), requerendo, em suma, o reconhecimento e declaração da legalidade da rescisão contratual por culpa das Requeridas; a condenação das Requeridas a suportar as consequências contratuais da rescisão por sua culpa; condenação das Requeridas ao ressarcimento de todos os valores e pagamentos que recebeu das Requerentes relativos a obras, fornecimentos e serviços que não foram entregues ou concluídos, bem como a condenação em perdas e danos em razão do inadimplemento.

O Tribunal Arbitral proferiu Sentença Arbitral Final, pela qual proferiu julgamento final sobre todas as pretensões, acolhendo, em parte, pedidos de ambas as partes, o que resultou no valor total do crédito das PCHs, atualizado em 12 de abril de 2022, após a compensação dos créditos e débitos entre as partes, correspondente a R\$ 140.289 (cento e quarenta milhões, duzentos e oitenta e nove mil, setecentos e noventa e dois reais e quinze centavos).

Em 10 de outubro de 2022 as partes celebraram acordo para quitação de seus respectivos créditos e débitos decorrentes da Sentença Final por meio do qual, além de outras avenças, ficou acordado o pagamento do valor de R\$ 123.000 (cento e vinte e três milhões) em favor das PCHs.
